

## **A PRAÇA COMO OBJETO DE ESTUDO DE UMA PEQUENA CIDADE**

### **THE SQUARE AS STUDY OBJECT IN A SMALL TOWN**

Marcos Clair Bovo<sup>1</sup>  
Fábio André Hahn<sup>2</sup>  
Tatiane Monteiro Ré<sup>3</sup>

**RESUMO:**As praças são espaços públicos que se constituíram ao longo da história em importantes referenciais urbanos, marcadas especialmente pela convivência humana. Esses espaços desempenham várias funções, dentre elas: a estética, a ambiental e a social. Tendo em vista a importância desses espaços públicos para as cidades, objetivou-se identificar, neste artigo, os usos e as funções desempenhadas pela praça em uma pequena cidade, questão ainda pouco investigada. Para tanto, adotou-se a metodologia proposta por Milton Santos (1985), partindo de suas categorias de análise: estrutura, processo, forma e função. Como resultado da investigação, apontamos que a praça desempenha as funções tanto estética e ambiental, quanto social, com estruturas e equipamentos utilizados por diferentes faixas etárias, o que revelou a praça como elemento estruturador do espaço urbano das pequenas cidades.

**Palavras-chave:**Pequena cidade;Praça pública;usos; funções.

**ABSTRACT:** Squares are public spaces that, throughout history, have become important urban references, mainly marked by human relationship. Such spaces perform several functions, among which are: the aesthetic, the environmental and the social ones. Considering the importance of these public spaces for the cities, this study aimed at identifying the uses and functions performed by the square in a small town, what is an issue that still lacks investigation. For that, the methodology proposed by Milton Santos (1985) was adopted, departing from his categories of analysis: structure, process, form and function. The investigation showed that the square performs all three functions – aesthetic, environmental and social –, with structures and equipments used by different age groups, what revealed the square as a structuring element of the urban space in small towns.

**Keywords:** Small town; Public square; uses; functions.

---

<sup>1</sup>Docente do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). - Email: mcbovo@yahoo.com.

<sup>2</sup>Docente do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento e do Mestrado profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: fabioandreh@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: tatiane.m.re@gmail.com

## Introdução

A cidade é uma construção social que apresenta diferentes formas espaciais, dentre elas destacamos que a praça pública é uma forma de integração do espaço urbano e que a praça constitui local de destaque na história da cidade. A história da praça é parte destacada da história da própria cidade, por ser espaço que representa a vida cotidiana da população, é ponto de encontro de manifestações culturais, artísticas ou, simplesmente, espaço de lazer. A praça é uma das principais referências de centralidade da pequena cidade, em muitos casos congregando em seus arredores o comércio e os serviços mais importantes da vida comunitária.

As praças se modificaram ao longo da história no que tange à sua função (estética, simbólica, ecológica e social) e em seu uso (encontro, espetáculo, comércio, manifestações culturais), assim como em sua forma, mas, desde sua origem, elas permanecem como lugares de encontro, de circulação de pessoas e de convivência.

Neste artigo realizamos uma investigação da praça pública de uma pequena cidade.<sup>4</sup> Para tanto, utilizamos os critérios adotados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que define o tamanho da cidade pelo número de habitantes, apresentando a seguinte classificação: pequenas cidades – aquelas com população inferior a 100 mil habitantes; cidades médias – com população entre 100 e 500 mil habitantes; cidades grandes – com população acima de 500 mil habitantes. Além dos critérios estabelecidos pelo IBGE serão utilizados os critérios adotados por Sposito e Silva (2013), que têm por base o contexto geográfico que considera, em especial, o grau de acessibilidade e a centralidade em que a cidade está inserida, levando-se em consideração relações e interações, tanto econômicas, sociais e políticas, quanto culturais. A partir dessa classificação, propomos investigar uma pequena cidade da mesorregião centro-ocidental do Paraná: Araruna.

O município de Araruna está localizado na mesorregião centro-ocidental paranaense (Figura 01), possui população total de 13.419 habitantes, sendo 2.944 habitantes residentes na área rural e 10.475 na área urbana (IBGE, 2010). Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2015), esse município possui uma área de 491,078 km<sup>2</sup>, localiza-se a 469,38 km distante da capital do estado e apresenta 0,704 quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2010, abaixo do índice do estado – que é de 0,749.

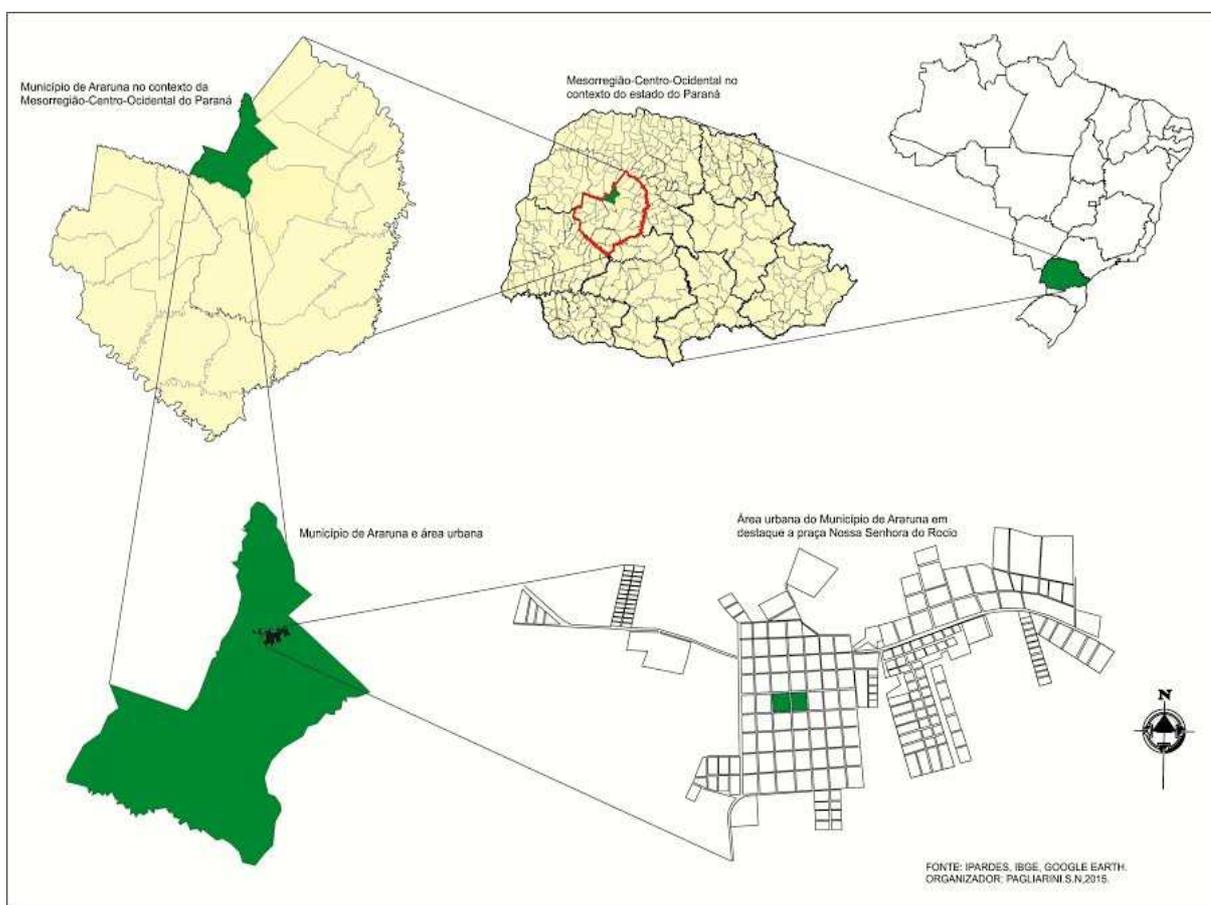
---

<sup>4</sup> O artigo é resultado de debates realizados na disciplina Espaço, Memórias e Identidades, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (Unespar).

Diante da importância das praças enquanto espaços públicos de uso e acessibilidade para as populações das pequenas cidades, o presente artigo tem por objetivo identificar o uso e as funções desempenhadas pela Praça Nossa Senhora do Rocio na pequena cidade de Araruna-PR (Figura 1), que se encontra localizada entre a Avenida Presidente Vargas, a Rua Sete de Setembro, a Rua Deoclésio Manoel Teixeira e a Rua Eraclides Alves Gouveia.

Em seu entorno encontramos alguns dos principais prédios da cidade: Prefeitura, Câmara Municipal, Correio, Sanepar, comércios e algumas residências que destacam a importância da praça como elemento estruturador da cidade.

**Figura 1** – Mapa de Araruna e da localização da Praça Nossa Senhora do Rocio



**Fonte:** IPARDES, IBGE, GOOGLE EARTH. Organizador: PAGLIARINI, S. N. (2015)

O tema das praças em pequenas cidades é relativamente pouco estudado, especialmente ao observarmos trabalhos de mestrado e doutorado. Isto foi constatado em pesquisa realizada junto à Capes, em seu banco de Teses

(<<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>), assim como no Portal Domínio Público, no campo de buscas de teses e de dissertações (<<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.do>>), e na biblioteca Digital Brasileira de Teses e de Dissertações – BDTD (<<http://bdtd.ibict.br/>>). As palavras-chave de busca utilizadas foram: “praças” e “pequenas cidades”, de modo a mapeamos apenas aquelas em que as palavras de busca aparecem no título. Com isso, temos a noção de que trabalhos sobre esses temas tenham ficado de fora e não tenham sido identificados. Para este momento, no entanto, essa busca permitiu que tivéssemos uma noção da abrangência das pesquisas realizadas. Foram identificados 33 trabalhos, entre dissertações e teses, com a palavra-chave “praças” no título e 56 trabalhos, entre dissertações e teses, com a palavra-chave “pequenas cidades” no título. Apenas uma dissertação de 2008 foi identificada que analisa as praças em pequenas cidades, fato que despertou o interesse pela pesquisa. Sabemos que uma praça pública tem um papel marcante para a população, que, consciente ou inconscientemente, ocupa esse espaço público com diversas intencionalidades, que vão desde o lazer, de convivência entre pessoas de diferentes faixas etárias, de passagem e de descanso, até mesmo com a intencionalidade de apreciação da estética, visitando a praça como local de embelezamento da cidade. Isso apresenta um grau maior de complexidade ao levarmos em consideração que os atrativos culturais e de lazer costumam ser reduzidos em pequenas cidades.

Diante disso, optamos por desenvolver o texto em dois momentos: (i) uma discussão sobre a pequena cidade e a praça, apontando os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, considerando algumas das categorias abordadas por Milton Santos e (ii) a praça no contexto da pequena cidade a partir do estudo do caso de Araruna/PR.

### **A pequena cidade e a praça**

A pesquisa sobre pequena cidade não é recente, autores como Santos (1979), Côrrea (1999), Fresca (1990), Endlich (2006), Melo (2008), Leão (2011), Spósito e Silva (2013) contribuíram com as investigações sobre a temática. No entanto, mais recentemente, é possível identificar um maior crescimento das investigações sobre o tema, como é exemplar o caso da criação de uma Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias e Pequenas, denominado Rede CMP (LOPES, 2010; MAIA, 2010; SOUZA, 2010; WHITACKER, 2010; DIAS, 2010 e 2012; HENRIQUE, 2012; BACELAR, 2012). A iniciativa da Rede CMP foi

criada na Bahia e chama a atenção para o processo de interiorização dos cursos de graduação e pós-graduação do país, o que tem representado o aumento do número de publicações a respeito de cidades médias e pequenas. Assim, de acordo com Lopes e Henrique (2010), as dinâmicas regionais, culturais, econômicas e demográficas passam a ser foco das pesquisas e destaque nas publicações, chamando atenção da academia e do governo para a importância da temática, tanto na Bahia como em outros estados do país.

Segundo Bacelar (2012), o critério para definir uma pequena, média ou grande cidade é o aspecto político-administrativo. Para o autor, a pequena cidade se caracteriza por contar com população inferior a 10.000 habitantes, pouca produção e pouco emprego, tendo seus habitantes como dependentes, em sua maioria, do poder público, ou seja, das prefeituras, estas consideradas como maior empregador.

Na mesma direção, Maia (2010) destaca que as instituições de estudos estatísticos utilizam o critério de número de habitantes para classificar as cidades como pequenas, médias ou grandes. Para a autora, as pequenas cidades teriam população inferior a 20.000 habitantes, sendo que, acima desse montante, são classificadas como médias, e, com mais de 500 mil habitantes, são consideradas cidades grandes. Maia (2010) enfatiza, no entanto, que os estudos sobre rede urbana têm apontado para outros itens importantes para a análise da rede e da hierarquia urbana e, citando Corrêa (2011), destaca algumas linhas de diferenciação para o estudo da rede urbana, com enfoque para: origem, tamanho e funções.

Por sua vez, Henrique (2012) desenvolve argumentação sobre o que acontece com e nas pequenas cidades, indo, portanto, além da busca por uma classificação do que seria a cidade. O autor reconhece que existe um componente estatístico que define e classifica uma pequena cidade: população menor que 50 mil habitantes, porte populacional, renda, escolaridade, expectativa de vida, dentre outros. Para ele, no entanto, de maneira bastante própria e singular, o que interessa é o que acontece nessas cidades, seus conteúdos e os processos que dinamizam seu espaço intra-urbano e suas articulações regionais com outros centros urbanos.

Endlich (2006, p. 85) afirma que “o conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração”, porque ao entrar nesta discussão o próprio conceito de cidade deve ser pensado. A autora, ao analisar a formação do noroeste do Paraná, busca compreender por meio do movimento de formação econômica e política deste espaço geográfico, o impacto social e o próprio espaço gerado por este processo. Com isso a autora enfatiza que o espaço geográfico produzido socialmente é, portanto, a condição para que as relações sociais,

econômicas e políticas aconteçam e ao mesmo tempo ele é a expressão destas relações. Portanto, para estudar as pequenas cidades é importante analisar o contexto regional e a rede urbana em que esta cidade está inserida, as relações estabelecidas com outras localidades e a história de (re)ocupação da rede urbana regional.

Sposito e Silva (2013) têm por base a contribuição geográfica da temática “cidade pequena”, embora afirmem que o tema seja alvo tanto de estudos por parte da Geografia como de outras ciências sociais. Para os autores, as cidades pequenas são distintas entre si e devem ser estudadas com prudência, evitando generalizações e simplificações sobre elas. Dessa forma, as cidades pequenas devem ser consideradas “[...] como parte de uma totalidade, não devem ser estudadas isoladamente, visto que estão inseridas no processo de urbanização” (SPOSITO e SILVA, 2013, p. 29). Devem, portanto, ser estudadas levando em consideração ambos os critérios adotados. Além disso, como destacam Sposito e Silva (2013, p. 29), “[...] é preciso levar em conta as principais demandas da população e não somente o aspecto demográfico”. Deve-se, portanto, levar em conta o contexto geográfico no qual a cidade está inserida, ou seja, os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Dessa forma, após essa breve apresentação a respeito do termo “pequena cidade”, não é possível ainda criar uma definição conceitual precisa, tendo em vista que o debate em torno dessa categoria vem aumentando no contexto nacional. Para Melo (2008) há ainda uma grande dificuldade em se abordar o assunto por conta da fragilidade teórica e metodológica e da diversidade da realidade socioespacial brasileira. Manteremos, portanto, neste momento, para subsidiar esta pesquisa, os critérios do IBGE (2011) e também os critérios adotados por Sposito e Silva (2013), que têm por base o contexto geográfico que considera, em especial, o grau de acessibilidade e a centralidade em que a cidade está inserida.

Para compreender melhor este debate, recorreremos à tabela organizada por Bovo e Oliveira (2014), tabela em que a maioria das cidades brasileiras se enquadram na categoria “cidade pequena” (Tabela 1). Dos 5.565 municípios brasileiros, 5.282 são considerados pequenos, ou seja, 95% dos municípios brasileiros. Diante das investigações realizadas a respeito das cidades pequenas, evidenciamos que a produção científica ainda é muito reduzida em comparação com as grandes e médias cidades brasileiras. Ao restringirmos o foco para o estado do Paraná (Tabela 2), percebemos que a realidade não é diferente, sendo que, dos 399 municípios paranaenses, 383 são considerados pequenos, ou seja, um índice de 96% dos municípios.

**Tabela 1** – Classificação dos municípios brasileiros

<b>Tamanho dos Municípios</b>	<b>População Absoluto</b>	<b>População %</b>	<b>Nº de Municípios Absoluto</b>	<b>Nº de Municípios %</b>
<b>Pequenos</b>	86.319.122	45,3	5.282	95
<b>Médios</b>	48.565.171	25,4	245	4,4
<b>Grandes</b>	55.871.506	29,3	38	0,6
<b>Brasil</b>	190.755.799	100	5.565	100

**Fonte:** IBGE, censo 2010. Organizado por Bovo e Oliveira (2014).

**Tabela 2** – Classificação dos municípios paranaenses

<b>Tamanho dos Municípios</b>	<b>População Absoluto</b>	<b>População %</b>	<b>Nº de Municípios Absoluto</b>	<b>Nº de Municípios %</b>
<b>Pequenos</b>	5.515.520	52	383	96
<b>Médios</b>	2.670.398	27	14	3,5
<b>Grandes</b>	2.258.608	21	2	0,5
<b>Paraná</b>	10.444.526	100	399	100

**Fonte:** IBGE, censo 2010. Organizado por Bovo e Oliveira (2014).

Em todas as cidades, independentemente de serem pequenas, médias ou grandes, encontramos uma das unidades urbanísticas essenciais para vida da população urbana, a praça pública. Para Bovo (2009, p. 109), “nas cidades ocidentais elas são mesmo imprescindíveis, em face ao papel que desempenham na vida social das diversas sociedades nas quais se inserem [...] indicam claramente o nível de criatividade [...] o exercício de direitos e deveres de cidadania”.

Para Robba e Macedo, “[...] nas cidades brasileiras, qualquer espaço verde público, seja arborizado ou simplesmente gramado, um canteiro central de avenida ou espaço livre entre edifícios, é denominado praça” (2003, p. 16). Porém, consideramos a praça como um dos espaços públicos mais importantes da estrutura urbana, por ser um lugar de encontro e convívio de grupos sociais diferentes é, portanto, um lugar de construção de cidadania e democracia. Os autores Robba e Macedo destacam que “as praças são espaços públicos

urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livre de veículos” (2003, p.17).

As praças públicas passaram por vários períodos ao longo da história, alterando as estruturas, funções e adaptando-se as novas exigências sociais. Destacamos alguns desses períodos com intuito de compreender como as praças surgiram em nossa sociedade e as principais mudanças ocorridas neste espaço.

Na Grécia antiga, a *Ágora* era o coração da cidade, estava localizada em pontos movimentados com acesso livre para todo cidadão, nela ocorria todo tipo de atividade: religiosa, cultural, comercial, social, administrativa e até jurídica. Em Roma, o *Fórum* era o centro comercial da urbe, e espaço político de grande importância. O que diferencia o *Fórum* da *Ágora* são as características físicas, pois no *Fórum* romano aparecem espaços destinados à atividades específicas: religião, justiça, comércio, além dos espaços abertos.

Durante a idade média, a praça era apenas um espaço vazio e irregular no meio da cidade, mantendo as mesmas funções da *Ágora* e do *Fórum*: comércio, encontro, e circulação de pessoas. Posteriormente, os valores funcionais se destacam e elas passam a ter funções específicas: religiosas, cívicas ou de mercado. Quanto à localização, as praças medievais são encontradas em várias partes da estrutura urbana. Para Segawa (1996) as praças medievais podiam ser resumidamente categorizadas em: “praças de mercado; praças de entrada da cidade; praça como centro da cidade; adros de igreja; praças agrupadas (praças distintas como a do mercado e a da igreja, espacialmente relacionadas na trama urbana)”. No Renascimento, a praça ganha lugar de destaque na urbe. Além de valores funcionais, ganha valores estéticos, passando a ornamentar a cidade. Segundo De Angelis et al. (2005), nesse período histórico, a praça se converte em um dos principais elementos urbanísticos para transformação e embelezamento das cidades

Para Robba e Macedo(2002) as praças brasileiras passaram por quatro períodos, o colonial, o eclético, o moderno e o contemporâneo e desempenham várias funções, conforme especificados no quadro 1.

**Quadro 1** – Períodos das praças públicas no contexto urbano brasileiro e suas funções

Períodos	Colonial	Eclético	Moderno	Contemporâneo
Função Social das Praças	Convívio social Uso religioso Uso militar Comércio e feiras Circulação Recreação	Contemplação Passeio Convívio social Cenário	Contemplação Recreação Lazer esportivo Lazer cultural Convívio social Cenário	Contemplação Recreação Lazer esportivo Lazer cultural Convívio social Comércio Serviços Circulação Cenário

**Fonte:** Robba e Macedo, 2002, p. 152

Segundo Marx (1980) as praças coloniais se desenvolveram no entorno das igrejas, e se constituíam como “logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas”. A partir da praça, surgiram os principais prédios da cidade: comércio, melhores moradias e prédios públicos. Eram os espaços mais nobres da cidade e representavam o poder e o prestígio da nobreza, onde as mais diversas atividades, religiosas ou não, aconteciam. Dentre as principais funções destacavam-se: o convívio social, uso religioso, militar, comércio e feiras, circulação e recreação.

Os ideais modernistas europeus influenciaram as concepções estéticas, higienistas e ambientais, e as transformações ocorridas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX com a exportação do café e da borracha, contribuíram com as mudanças arquitetônicas e morfológicas das cidades e conseqüentemente, das praças brasileiras. Para Robba e Macedo (2002) tal fato altera a função das praças brasileiras e marca o surgimento das praças ajardinadas na história dos espaços livres urbanos no país e, assim, as praças deixaram de ser apenas espaços vazios e passaram a ser projetadas segundo influência europeia, com a função de passeio. Esse período passa a ser chamado de ecletismo, cujas principais funções são: a contemplação, o passeio, o convívio social e cenário.

No período moderno as praças são projetadas de forma a garantir a permanência das pessoas no local. O lazer é um dos itens mais valorizados nos espaços livres públicos urbanos e as atividades esportivas e as recreações infantis passam a ser itens indispensáveis nestes locais. Segundo Robba e Macedo “os parques são definitivamente ratificados como pólos de

lazer urbano, e as praças, agora espalhadas por todos os bairros, são elementos necessários para a vida na cidade, tornando-se objeto de interesse político” (2002, p.37). Dentre as principais funções das praças no período contemporâneo destacam-se a contemplação, recreação, lazer esportivo, lazer cultural, convívio cultural e cenário.

O período contemporâneo é marcado pela aceleração da vida urbana decorrente das grandes transformações industriais, as praças adquirem qualidades importantes, sendo cada vez mais valorizadas. De acordo com Robba e Macedo (2002, p.44-45) as principais qualidades ou funções assumidas pelos espaços livres urbanos neste período, foram: a) valores ambientais: melhoria na ventilação e aeração urbana, melhoria da insolação de áreas muito adensadas, ajuda no controle da temperatura, melhoria na drenagem das águas pluviais e proteção do solo contra erosão; b) valores funcionais: como opção de lazer urbano; c) valores estéticos e simbólicos: como objetos referenciais e cênicos da cidade, exercendo papel importante na identidade do bairro ou da rua.

Para Serpa (2011), a praça deve ser entendida como espaço público de ação política e analisa a partir da acessibilidade física, simbólica, cultural e da valorização imobiliária, do turismo e da natureza como constituintes desse espaço. Para o autor:

É a esfera pública que nos reúne na companhia uns dos outros, mas é ela também que evita que colidamos uns com os outros. O difícil em ter de suportar a sociedade de massa não é tanto a quantidade de gente que ela abarca, mas o fato de que o mundo perdeu literalmente a força de juntar essa imensa quantidade de indivíduos, dialeticamente relacionando-os e separando-os, como o fazia em passado recente (SERPA, 2011, p.36).

Nessa direção, buscamos compreender as praças tomando as pessoas como referência, considerando que elas tendem a usar o espaço conforme suas necessidades e aspirações, não se afastando do estudo das estruturas que a compõem, pois proporcionam a qualidade da atividade humana nesses espaços.

Visando uma melhor compreensão do artigo elaborado apresentamos de forma sintetizada alguns elementos teóricos e metodológicos que consideramos relevantes para a elaboração desta pesquisa. Quanto aos aspectos teóricos fundamenta-se nas categorias de análise propostas por Milton Santos (1985): forma, função, processo e estrutura.

Para Santos, o espaço é um produto social, onde há integração de estruturas físicas e humanas em permanente transformação, tendo em vista que as relações entre tempo e espaço interagem entre si com todas as relações sociais. Segundo Santos (1985, p. 13), “[...] omnis

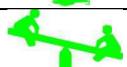
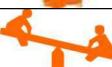
pequeno lugar na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares aonde lhe vêm matéria-prima, capital, mão-de-obra, recursos diversos e ordens”. Ao propor a metodologia, Santos (1985) define que a *forma* é o aspecto visível de uma coisa; *afunção* é a atividade elementar de que a forma se reveste ou desempenha; *estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização ou construção, e *processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e de mudança.

Nessa direção, os procedimentos metodológicos utilizados foram: i) pesquisa *in loco*, composta pela investigação da praça a partir das categorias de Milton Santos; ii) aplicação de questionário de enquete de opinião semiestruturado constituído com 25 questões junto a 30 pessoas que frequentam o espaço público em dois dias da semana (domingo e sexta-feira), juntamente com a realização do registro fotográfico das condições de uso da praça pela população de Araruna.

Na observação da praça utilizamos como base a metodologia de observação proposta por De Angelis (2000) para avaliar os equipamentos e os mobiliários presentes na Praça Nossa Senhora do Rocio. Os dados obtidos com a aplicação da metodologia foram tabulados possibilitando uma análise dos aspectos qualitativos e quantitativos da praça. As estruturas e os equipamentos foram representados conforme proposta de Bovo (2009), por meio de símbolos (Quadro 1), constituídos por quatro cores, tendo por objetivo apresentar os aspectos qualitativos. As cores são: a) verde: equipamentos em bom estado de conservação; b) laranja: equipamentos em estado regular de conservação; c) vermelha: equipamentos em estado ruim de conservação e; d) preto: indicando propostas de equipamentos a serem instalados na área de pesquisa.

**Quadro 01** - Símbolos dos equipamentos ou das estruturas existentes em praças

Equipamentos	Símbolos	Símbolos	Símbolos	Símbolos
Bancos				
Iluminação				
Lixeira				
Pavimentação				

Quiosque de alimentação				
Obra de arte				
Parque infantil				
Edificação Institucional				
Equipamento de 3ª idade				
Ponto d'água				
Templo religioso				
Telefone				
Placa de identificação				
Bebedouro				

Fonte: Adaptado de BOVO, M. C., 2009, p. 36.

Dessa forma entendemos que o caminho teórico e metodológico percorrido nesta pesquisa que resultou a produção desse artigo, possibilitou entender as relações das pessoas com a praça pública de uma pequena cidade. Eis o item a ser analisado mais diretamente no próximo intertítulo.

### A praça no contexto da pequena cidade de Araruna

Todas as cidades grandes, médias e pequenas apresentam a necessidade de um centro identificável e, ainda que fossem implantados novos espaços administrativos na periferia, o centro dessas cidades continuaria sendo o lugar das práticas políticas, sociais, religiosas e culturais. Nas pequenas cidades, todas essas práticas constitutivas da identidade da população são desenvolvidas, em maior medida, na praça.

Dessa forma, podemos afirmar que uma praça de pequena cidade apresenta uma maior apropriação por parte da população, principalmente pelas funções que desempenha,

dentre elas, destacamos a social, já que se diferencia de uma praça de grande cidade, pois a grande cidade sempre possui muitas praças e com diferentes usos e funções. Numa pequena cidade a praça geralmente encontra-se localizada no “centro” sendo o principal ponto de encontro da população principalmente dos finais de semana, é também no entorno da praça que se concentram as principais atividades comerciais e na maioria das vezes ali estão instalados os órgãos públicos municipais, dessa forma é ponto de referência para toda a população.

A análise a seguir tem como parâmetro as categorias propostas por Santos (1985): forma, função estrutura e processo. Essa análise permite interpretar a Praça Nossa Senhora do Rocio (Figura 2) de forma integrada com todos os elementos que a compõem.

**Figura 1** – Vista parcial da Praça Nossa Senhora do Rocio (2015)



**Fonte / Foto:** Tatiane Monteiro Ré

Para Santos (1985), a forma é o aspecto visível de uma coisa, ou seja, refere-se ao arranjo ordenado de objetos que compõe um padrão espacial. Sendo assim, da materialização do espaço aos objetos geográficos que foram produzidos em determinados momentos históricos, tudo é dirigido pelo presente, não se devendo ignorar o seu passado, que está constituído de formas herdadas com características específicas de cada época. Dentre os objetos, destacamos o mobiliário e os equipamentos que se encontram instalados na praça em estudo. Para Ferrari (2004, p.240), o mobiliário é o:

[...] conjunto de elementos materiais localizados em logradouros públicos ou locais visíveis desses logradouros e que complementam as funções urbanas de habitar, trabalhar, recrear e circular: cabinas telefônicas [...] postes, torres, abrigos e pontos de parada de ônibus, bebedouros, sanitários públicos, monumentos, chafarizes, fontes luminosas etc.

Nesse sentido, o mobiliário e equipamentos existentes na praça em estudo podem ser classificados, desde os elementos mais simples, como bancos, lixeiras, iluminação, ponto de água, até os mais complexos, como obras de arte, parques infantis, equipamentos físicos para a terceira idade, edificações institucionais, templos religiosos entre outros. Diante disso, optamos, neste artigo, após análise de todas as estruturas equipamentos, apresentar um quadro síntese que proporciona o leitor uma visão integrada de todos os elementos que a compõem, proporcionado assim uma avaliação qualitativa dos mesmos conforme figura 2.

Para De Angelis (2008, p. 1451), os bancos são considerados um dos elementos essenciais, pois ao “[...] pensar em uma praça, surge como uma das primeiras associações de idéias o descanso, o sentar-se, o conversar, contemplar ou, simplesmente, tomar sol”. No caso da praça em estudo (item 1), os bancos se encontram bem distribuídos ao longo dos caminhos. Eles estão bem conservados, permitindo o uso das pessoas que frequentam esse espaço público.

As edificações institucionais sempre estiverem presentes em praças públicas. Para Benevolo (1993), já no fórum romano a praça era rodeada por edifícios públicos, ligados ao lazer (como teatro, anfiteatro e termas), além de palácios e edifícios administrativos. Na atualidade consideramos como edificações institucionais os prédios públicos, como escola, centro educacional, teatro, biblioteca, centro de educação infantil, posto de saúde, entre outros. Há uma edificação institucional, a Casa da Cultura (item2), que oferta cursos como fanfarra, dança, violão e teclado e atrai pais e alunos para o local, aumentando o movimento da praça. A Casa da Cultura encontra-se em ótimas condições de uso.

Na pequena cidade de Araruna, a praça é considerada um espaço livre que vem sendo utilizada para lazer, esportes, atividades culturais, entre outras atividades. Diante disso, ressaltamos a importância da existência de pontos de água (item 3) instalados como sendo elemento fundamental para as pessoas que usufruem desse espaço, bem como servir para limpeza do logradouro ou mesmo ser utilizada para irrigar as plantas dos canteiros. No caso da praça em estudo, há necessidade de instalação de mais pontos d’água, pois os que existem são insuficientes.

As lixeiras constituem elemento essencial para qualquer espaço público, podendo ser confeccionadas com diversos tipos de materiais e em diversas cores. Dessa forma, lixeiras são elementos integrantes do mobiliário urbano e do cotidiano dos locais públicos. No caso da praça em estudo, elas são constituídas de plástico e de metal (item 4), apresentando estado regular de conservação. Durante a enquete de opinião, os usuários apontaram que as lixeiras são insuficientes para atender de forma satisfatória a esse espaço. Outro ponto a destacar se refere à falta de conscientização, por parte dos usuários, que nem sempre utilizam adequadamente as lixeiras que ali se encontram instaladas.

A praça apresenta postes de iluminação de dois tamanhos. Os postes menores (item 6), são destinados à iluminação de pequenas áreas, como os locais no quais se encontram instalados os equipamentos de exercícios físicos para a terceira idade e os quiosques de alimentação. Já os maiores (item 9) são destinados a iluminar o centro da praça e as esquinas. Outros equipamentos, como a gruta, as obras de arte e a Casa da Cultura possuem iluminação especial. Quanto aos postes menores, encontram-se espalhados por toda a praça e não atendem um determinado critério de iluminação, estando instalados próximos dos caminhos.

A iluminação noturna da praça é moderada, possui tonalidade amarela, gera sensação de conforto, o que, junto com a iluminação branca dos postes mais altos, contribui para a boa iluminação de toda a área.

Na atualidade, como se sabe, o número de pessoas da terceira idade tem crescido em escala mundial, principalmente pelo aumento da expectativa de vida verificado nas últimas décadas. Diante disso, faz-se necessário que o poder público ofereça espaços alternativos para o descanso, para a contemplação, para a recreação e para a prática de exercícios físicos, tendo em vista a qualidade de vida dessa faixa etária. É nesse sentido que as academias de terceira idade têm se tornado presentes em vários espaços públicos, principalmente nas praças. No caso em estudo, os equipamentos de exercício físico para a terceira idade (item 7) estão em excelente estado de conservação e são utilizados diariamente pela população da terceira idade. Além de servir para a prática de exercícios físicos, as academias de terceira idade proporcionam convivência, socialização, integração e melhor qualidade de vida.

Outro elemento que está presente em várias praças são os quiosques de alimentação (item 8). No caso da praça em estudo, os quiosques são novos e estão em ótimo estado de conservação, sendo adequados para o preparo de alimentos. A Prefeitura Municipal é a responsável pela locação por meio de processo licitatório, sendo que atualmente todos estão locados e abrem apenas no período noturno.

Quanto às obras de arte, sempre estiveram presentes nas praças públicas. Elas são colocadas geralmente para homenagear personalidades de relevância local, com algumas exceções, contribuindo com a estética e buscando a valorização do espaço urbano e da coletividade por meio do estímulo político, histórico e simbólico do espaço. No caso da praça em estudo, destacamos a gruta com peixes (item 10), que é atração para as crianças, assim como duas obras de arte: uma escultura (item 11) representando as araras azuis que dão nome à cidade (“araruna”— forma contrata de “araraúna”, do tupi, significando arara preta) e outra que simboliza a evolução temporal (item 12).

Quanto aos caminhos (item 13), eles são pavimentados por pedra portuguesa e facilitam o acesso e a circulação de usuários em diferentes áreas da praça inclusive em dias de chuva, pois a pavimentação encontra-se em ótimo estado de conservação. O traçado é adequado do ponto de vista funcional e estético e têm uma largura adequada para a circulação.

Os parques infantis são elementos integradores das praças públicas e têm como principal função proporcionar o lazer para o público infantil. Para atender à sua função, ou seja, suas condições de uso, os equipamentos instalados devem ter qualidade. No caso da Praça Nossa Senhora do Rocio, o parque infantil (item 14) atrai muitos usuários. É um espaço amplo, onde as crianças podem correr livremente, brincar nos balanços e utilizar gangorras, escorregadores e outros brinquedos. É um lugar seguro, sendo murado por telas que possibilitam ver e ser visto, tanto do interior quanto de fora do parque, possuindo apenas um portão de entrada e de saída, o que facilita aos pais terem controle sobre a permanência das crianças nesse espaço.

Segundo Marx (1980), a praça deve sua existência, sobretudo, aos adros das igrejas. A praça enquanto espaço público surgiu como local de reunião de pessoas para o exercício de atividades diferentes, dentre elas destacamos capelas, igrejas, conventos e instalação de irmandades religiosas. As praças contribuíram para realçar os edifícios e acolhiam os frequentadores. Na Praça Nossa Senhora do Rocio encontramos o templo religioso (item 10) em homenagem a Nossa Senhora do Rocio, sendo um dos principais elementos estruturadores desse espaço, tendo em vista as várias pessoas que circulam pela praça para se deslocarem para as cerimônias religiosas, principalmente em fins de semana.

Outro elemento que Marx (1980) considera como relevante é a identificação dos logradouros públicos. Esses têm por finalidade homenagear pessoas, riquezas naturais e minerais, vegetação, fauna, flora, rios, entre outros. É importante destacar que a nomenclatura é um elemento de grande importância, como referência ou como localização na malha urbana.

No caso da Praça Nossa Senhora do Rocio, a placa de identificação (item 15) encontra-se identificando o nome da praça, bem como o seu período de instalação. Quanto aos aspectos qualitativos, apresenta bom estado de conservação, estando livre de pichação e também da ação das intempéries.

Assim sendo, a Figura 2 apresenta os principais mobiliários e equipamentos existentes na praça em estudo, porém todos eles contribuem com as diferentes funções a serem desempenhadas pelos usuários de diferentes faixas etárias que usufruem desse espaço público.

**Figura 2** – Mosaico das estruturas e mobiliários da Praça Nossa Senhora do Rocio





Fonte / Organização: Tatiane Monteiro Ré

Após a análise qualitativa de todos os equipamentos e mobiliários existentes na Praça Nossa Senhora do Rocio, verificamos o bom estado de conservação dos equipamentos, o que possibilita que a praça seja espaço de uso adequado pela população. Foram, entretanto, identificadas algumas insuficiências, como é o caso do reduzido número de lixeiras, assim como a necessidade de instalação de telefone público e de bebedouro. No quadro 2 apresentamos a síntese qualitativa dos equipamentos e mobiliários, bem como algumas sugestões visando o melhor atendimento do público que usufrui desse espaço público.

Quadro 02: Síntese qualitativa dos equipamentos e mobiliários da Praça Nossa Senhora do Rocio e propostas de implantação


■ Bom ■ Regular ■ Ruim ■ Proposta de implantação

A função da praça se encontra diretamente relacionada com a forma. Para Santos (1985), função é a tarefa ou atividade esperada de uma forma, ou seja, pessoa, instituição ou coisa. Desse modo, podemos ressaltar que a forma se reveste de função, ou seja, da tarefa

desempenhada por alguma atividade, atribuindo um conteúdo social em razão das relações sociais ocorrentes em um determinado espaço.

Para Nucci (2001), a função social está diretamente relacionada à oferta de espaços para lazer da população e encontra-se relacionada com as funções ambiental/ecológica e estética.

A avaliação das funções desempenhadas pela praça em estudo teve base na observação *in loco* dos usuários e nas enquetes de opinião. Ambas as formas de pesquisa permitiram evidenciar a presença da função social, ambiental ou ecológica e estética.

Dentre todas as funções, a social se destaca, tendo em vista a presença de usuários de diferentes faixas etárias, principalmente de jovens e de crianças, que utilizam esse espaço público para atividades de lazer. Dentre as atividades, destacamos “slackline”, esporte esse que visa o equilíbrio sobre uma fita elástica esticada entre dois pontos fixos. Também por meio da pesquisa *in loco* foi possível observar a presença de crianças com animais de estimação, de casais passeando, além das famílias que levam as crianças para brincar no parque infantil, e de pessoas da terceira idade que utilizam a academia de terceira idade (Figura 2). Constatamos, portanto, que a praça, além de proporcionar o lazer, a prática de esporte, o descanso, a contemplação da paisagem ou apenas de passagem, vem cumprindo amplo papel social na pequena cidade de Araruna.

Todas essas atividades que acontecem neste espaço ocorrem por meio da existência da acessibilidade nos diferentes mobiliários e equipamentos, sendo que, para Sun Alex (2008, p.25), “[...] é a condição primordial para a apropriação e uso de um espaço. Entrar em um lugar é condição inicial para poder usá-lo”. Dessa forma, Carr (1992) afirma que o acesso ao espaço público se classifica em: o acesso físico, acesso visual e acesso simbólico ou social.

Entendemos desse modo, que o acesso físico está disponível a todos os usuários, desde que respeitados os caminhos que facilitam a circulação das pessoas que utilizam esse espaço, bem como respeitados os devidos usos pelas respectivas faixas etárias, como, por exemplo: o parque infantil para as crianças e a academia de terceira idade para os idosos.

Quanto ao acesso visual ou à visibilidade do local por parte das pessoas, esse aspecto constitui parte da qualidade do local e define também o seu uso. Com isso queremos afirmar que perceber visualmente a organização dos equipamentos, dos mobiliários, das obras de arte, do serviço de manutenção, entre outros elementos, tudo propicia o seu melhor uso.

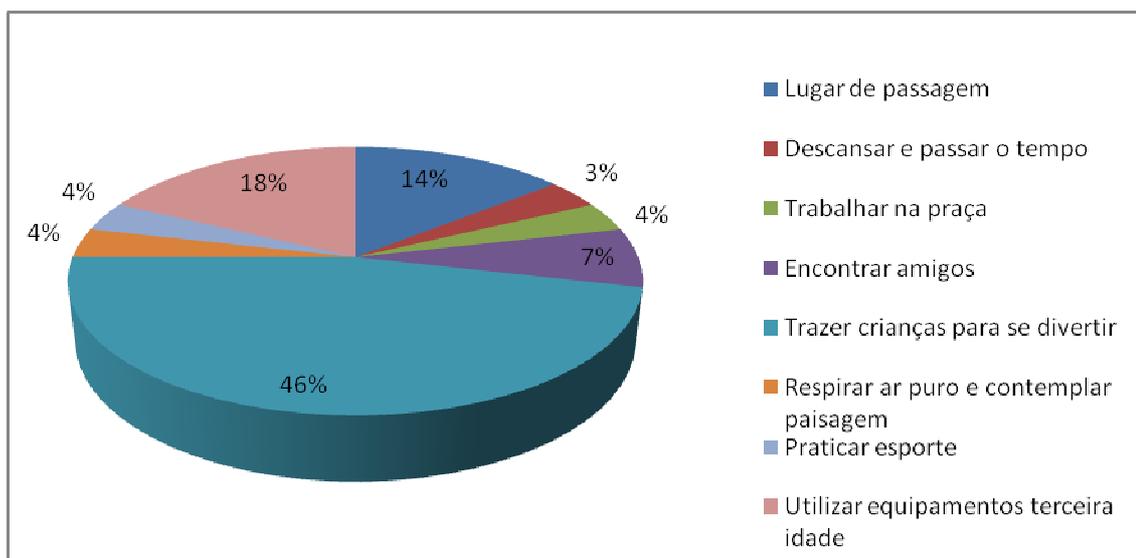
O mesmo ocorre para o acesso simbólico ou social, que, nesse caso, se refere às funções que exercem nos espaços livres da praça. Exemplo disso são os espaços fechados

como a Casa da Cultura, que apresenta atividades programadas para a comunidade ou atividades religiosas que ocorrem na igreja. Entendemos, desse modo, que a combinação dos três tipos de acesso pode tornar o espaço convidativo ao uso.

Diante da função social desempenhada pela Praça Nossa Senhora do Rocio, buscamos compreender por meio de uma enquete de opinião como as pessoas utilizam esse espaço público, tendo em vista identificarmos o convívio entre os usuários de diferentes níveis socioeconômicos e socioculturais.

Das pessoas que participaram da enquete de opinião, destacamos 70% de mulheres e 30% de homens, sendo a maioria acima de 50 anos (40%). A renda mensal dos usuários identificados ficou representada da seguinte forma: (i) até um salário mínimo – 30% deles, (ii) de um a três salários mínimos – 27% deles ou (iii) não possuem renda – 30% (donas de casa ou estudantes). Em relação à escolaridade: (i) a maioria possui Ensino Fundamental – 47%, (ii) possuem o Ensino Médio – 27%, (iii) possuem o Ensino Superior – 13% deles, (iv) possuem Pós-Graduação – 10% deles e (v) não são alfabetizados – 3% dos frequentadores. Evidenciamos, portanto, uma composição socioeconômica bastante variada do público que frequenta a Praça Nossa Senhora do Rocio, o que reforça a tese de a praça ser espaço democrático e não elitizado. Já conforme o Gráfico 1, verificamos as diferentes formas de uso desse espaço público.

**Gráfico 1:** Formas de uso da Praça Nossa Senhora do Rocio

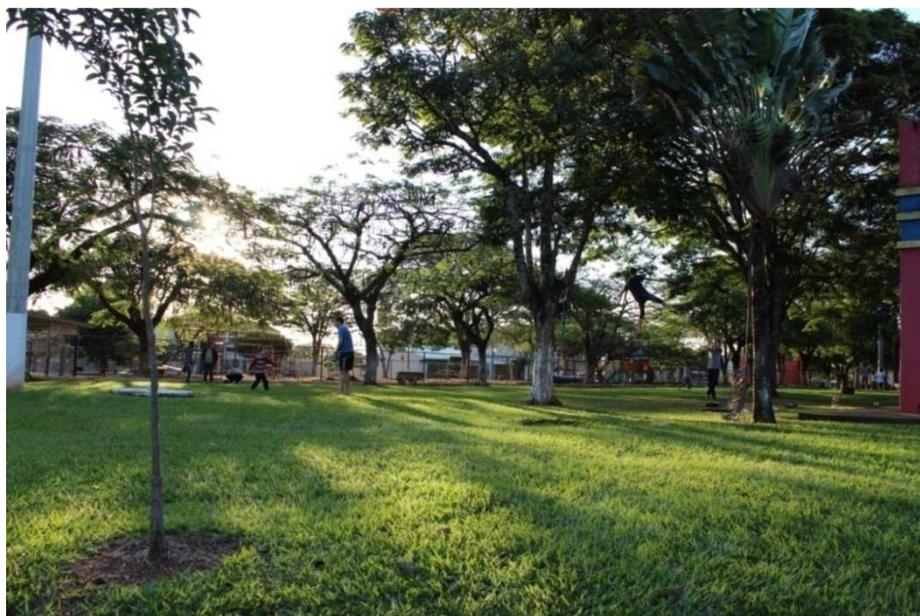


**Fonte / Elaboração:** Tatiane Monteiro Ré.

A análise do gráfico nos permite aferir que a principal forma de uso se refere a trazer as crianças para se divertir (46%). Esse é o elemento mais apontado pelos usuários, seguido pelo uso da academia de terceira idade (18% deles) e como lugar de passagem (14% deles). Os demais itens apresentaram percentagens menores em relação aos itens anteriores. Quanto aos pais trazerem as crianças para se divertirem, isso está diretamente relacionado com os equipamentos existentes no parque infantil, como: a gangorra, balanços, escorregadores, entre outros brinquedos que encontram ali instalados. Já a procura pela academia de terceira idade também ocorre em virtude dos vários equipamentos disponíveis para exercícios físicos, que muitas vezes acabam sendo utilizados por usuários de diferentes faixas etárias. Quanto aos 14% de usuários que destacaram que usam a praça para circulação apenas, isso ocorre, predominantemente, pelo fato de que são pessoas que trabalham nas imediações, utilizando os caminhos para chegar até o seu local de trabalho.

Outra função destacada por Nucci (2001) é a ambiental ou ecológica, que contribui com a melhoria do clima urbano e com a qualidade do ar, abrigo à fauna entre outras. A Praça Nossa Senhora do Rocio apresenta amplos gramados (Figura 02) muito bem cuidados, árvores e canteiros que proporcionam um conforto ambiental, assim atendendo também à função ecológica, por acrescentar elementos naturais na paisagem urbana.

**Figura 2** – Usuários na Praça Nossa Senhora do Rocio (2015)



**Fonte / Foto:** Tatiane Monteiro Ré.

Quanto à função estética, ela contribui com a quebra da monotonia da paisagem da cidade. Assim, por entre o artificialismo das edificações surge a natureza da praça, valorizando visualmente e ornamentalmente o espaço urbano. Pela caracterização e sinalização de espaços, a praça contribui para a interação das atividades humanas e do meio ambiente. A cor, a forma e as flores, o gramado e as obras de arte existentes contribuem para o embelezamento do espaço público, conforme constatado na pesquisa *in loco*.

Quanto à estrutura, Santos (1985, p. 50) destaca que a “[...] estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo [...]” — o que inclui o modo de organização e de construção. Nesse sentido, é importante destacar que devemos levar em consideração a combinação entre forma, função e estrutura, pois a mudança da estrutura implica também a mudança da forma, visto que as estruturas podem criar novas formas e mais adequadas às novas formas do presente. Diante disso, a estrutura deve ser analisada na dicotomia espaço-tempo, sendo ela um produto imposto pela sociedade.

Nesse sentido, é fundamental a compreensão de cada período histórico para que se entendam as transformações ou a inércia das formas. Por outro lado, é essa estrutura socioeconômica que acaba estabelecendo os valores dos diversos objetos geográficos num dado momento histórico. A estrutura atribui valores e funções determinadas às formas do espaço. No caso da Praça Nossa Senhora do Rocio, novos equipamentos e mobiliários foram inseridos na praça. Um exemplo é a Casa da Cultura, que foi inserida como equipamento institucional. Outro exemplo é a Academia de Terceira Idade, que veio para atender a uma necessidade da sociedade atual, sabendo-se que, no passado, os coretos e os chafarizes faziam parte de quase todas as praças, porém nos dias atuais quase desapareceram. Diante disso, a estrutura pode sofrer alterações de acordo com as características sociais, políticas e econômicas de cada época e de cada sociedade.

Para Santos (1985, p.54), o “[...] processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. Segundo o autor, “[...] o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado com o presente”. Assim, os processos criam formas espaciais, isto é, criam atividades e suas materializações, que se sucedem no decorrer do processo histórico, e, por ser uma ação contínua, sofre várias alterações, tanto no espaço como no tempo, de acordo com os interesses econômicos, sociais, culturais, políticos, ambientais, entre outros. Podemos averiguar essas transformações por meio dos relatos dos usuários quando mencionam, por exemplo, a

inserção da Casa da Cultura, que, para alguns, foi importante porque “[...] antes da Casa da Cultura era um lugar inseguro por causa dos drogados e agora está melhor”. Outro usuário discorda e pensa que deveriam “[...] retirar a Casa da Cultura e evitar construir mais coisas porque daqui a pouco não terá mais praça”. E aqui podemos perceber a preocupação do usuário em relação às construções que estão sendo incorporadas à praça, como os quiosques de alimentação, que foram recentemente construídos.

A Praça Nossa Senhora do Rocio é um espaço fundamental para o desenvolvimento da cidadania, pois proporciona aos usuários um espaço público de qualidade, um espaço onde é possível a acessibilidade e a integração entre pessoas de diferentes classes sociais, de diferentes níveis econômicos e de diferentes faixas etárias. Todos os elementos que a compõem existem por algum motivo, seja estético, seja político, seja funcional ou outro, e, sendo assim, houve investimentos pelo poder público para que a praça tenha a forma como se apresenta na atualidade e permita desenvolveras diversas funções que são desempenhadas nela, e continuarão assim enquanto a praça existir, porque novas *funções* irão aparecer e novas *estruturas* poderão surgir para atender a essas funções, alterando a *forma* e dando vida ao *processo* de constituição dessa praça.

### Considerações finais

A praça é parte indissociável da pequena cidade. Na criação da maior parte das cidades no Paraná, a praça ocupa o espaço central e a partir do qual, no seu entorno, cresce sua malha urbana. Assim, a praça em pequena cidade de acordo com os dados levantados nesta pesquisa, apesar de ser tema relevante, ainda é pouca pesquisada em um contexto nacional, tendo em vista que 95% dos municípios brasileiros se enquadram nesse perfil, segundo dados do IBGE. A investigação aqui desenvolvida a partir da Praça Nossa Senhora do Rocio de Ararunaaponta indícios importantes para continuarmos pensando o tema em outras pequenas cidades da mesorregião centro ocidental paranaense e também em outros níveis da hierarquia urbana.

Ao contrário do que se imagina frequentemente, a praça em pequena cidade tem papel fundamental. A população entende a praça como espaço de centralidade, tanto espacialmente, quanto simbolicamente. Para além do lazer e do convívio social, a praça também é espaço de ações políticas e culturais. O significado da praça para a pequena cidade está na representação da sua unidade, no simbolismo cultural presente no imaginário coletivo da sua população.

Muito mais, portanto, que um espaço físico, é um espaço de representação simbólica e democrática de convívio da população.

Para que a praça possa desenvolver sua função, a conservação do seu espaço e da infraestrutura é fator primordial. Nesse sentido, na investigação realizada na Praça Nossa Senhora do Rocio, analisando os dados obtidos no levantamento dos aspectos quantitativos e qualitativos dos equipamentos e estruturas existentes na Praça e a partir das entrevistas de opinião dos usuários, foi possível constatamos que o poder público municipal, enquanto gestor desse espaço público, vem atuado de forma adequada na manutenção e na conservação da praça, apesar de identificarmos fragilidades quanto à instalação de bebedouros e de bancos no interior do parque, o que permitiria maior tempo de frequência das pessoas no local.

O fluxo de pessoas pelo espaço é representativo, em especial em fins de semana, em que foi identificado um público de faixa etária diversa e com condições sócio-econômicas variadas.

A função da praça quebra a monotonia da paisagem da cidade emoldurada pelas edificações, possibilitando a interação das atividades humanas e do meio ambiente, portanto desempenhando sua função estética, ambiental e social. Trata-se, pois, sem dúvida, de um espaço de lazer e de embelezamento do espaço urbano frente ao concreto das edificações — um espaço de fuga da monotonia do dia a dia, um “microambiente” próprio dentro ambiente do cenário urbano da cidade.

### Referências Bibliográficas

ALEX, Sun. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: SEI (Org.). *Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanência nos espaços urbanos*. Salvador: [s.n.], 2012. p. 81-102.

BOVO, Marcos Clair. *Áreas verdes urbanas, imagens e uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá-PR*. (Tese de Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - Presidente Prudente, 2009.

BOVO, Marcos Clair; OLIVEIRA, Michelli Alvares. Centro e centralidade urbana: uma análise da pequena cidade de Peabiru (PR), Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 2, n. 36, p. 104–123, 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/3061/2830>>. Acesso em: 15 set. 2015.

BENEVOLO, Leonardo. *História das cidades*. São Paulo: Retrospectiva, 1993.

CARR, Stephen. *Public space*. Cambridge University Press, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, n. 30, p. 5-12, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228/77871>>. Acesso em: 15 set. 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, jan/jun, p. 43-53, 1999. Disponível em: <[http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06\\_5\\_correa.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_5_correa.pdf)>. Acesso em 15 set. 2015.

DE ANGELIS, Bruno Luís Domingos de. *A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá-PR*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; DE ANGELIS NETO, Generoso. Os elementos de desenho das praças de Maringá-PR. *Acta Scientiarum. Technology*, v. 22, p. 1445-1454, 2008.

DIAS, Patrícia Chame. Questões iniciais para estudo das relações campo-cidade na Bahia: processos e indicadores. In: *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 209-226.

DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Jânio. Cidades médias e pequenas: considerações introdutórias. In: *Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências no espaço público*. Salvador: SEI, 2012. p. 9-16.

ENDLICH, Angela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2006.

ENDILICH, Angela Maria; ROCHA, Marcio Mendes. (Orgs.). *Pequenas cidades e desenvolvimento local*. Maringá: PGE, 2009.

ENDLICH, Angela Maria. O papel das pequenas cidades na rede urbana do noroeste do Paraná. In: *Estudos Urbanos em Perspectivas: Reflexões, escalas e desafios*. BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fábio Rodrigues (Orgs.). Campo Mourão: Editora Fecilcam, p.27-36, 2013.

FERRARI, Celso. *Dicionário de urbanismo*. São Paulo: Disal, 2004.

FRESCA, Tânia Maria. O papel das pequenas cidades na rede urbana paranaense. In: *Estudos Urbanos em Perspectivas: Reflexões, escalas e desafios*. BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fábio Rodrigues (Orgs.). Campo Mourão: Editora Fecilcam, p.13-26, 2013.

HENRIQUE, Wendel. Do rural ao urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. In: *Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências no espaço público*. Salvador: SEI, 2012. p. 63-79. Estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. p. 187-194.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno estatístico município de Araruna. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

LOPES, Diva Maria Ferlin. Cidades pequenas do semiárido: dinâmicas sociodemográficas e marginalização. In: *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 77-90.

LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. In: *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 15-41.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

NUCCI, João Carlos. *Qualidade ambiental e adensamento urbano*. São Paulo: Humanistas/FFLCH-USP, 2001.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio Soares. *Praças brasileiras*. Public Squares in Brazil. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SOUZA, Suzane Tosta. Relação campo-cidade: em busca de uma leitura dialética para compreensão desses espaços na atualidade. In: *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 196-207.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. *Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

WHITACKER, Arthur Magon. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 187-194.

**RECEBIDO EM: 17/12/2015**  
**APROVADO EM: 13/04/2016**